



Diversities in the scientific production of PPGED/UFS 2015-2019

Diversidades na produção científica do PPGED/UFS 2015-2019

Diversidades en la producción científica de PPGED/UFS 2015-2019

Raul Felipe Silva Rodrigues¹, Maria Helena Santana Cruz¹,
Ana Paula Leite Nascimento¹

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Raul Felipe Silva Rodrigues

E-mail: rauldolago1@gmail.com

Como citar: Rodrigues, R. F. S., Cruz, M. H. S., & Nascimento, A. P. L. (2021). Diversities in the scientific production of PPGED/UFS 2015-2019. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12426. <https://doi.org/10.20952/jrks2112426>

ABSTRACT

The article presents results of the research project “Rethinking issues about inequalities and diversities in higher education in an intersectional perspective”, developed within the scope of CAPES/PROAP. Here, we deal with scientific productions that address diversity in the Graduate Program in Education (PPGED) of the Federal University of Sergipe (UFS) in the last five years. It consists of a qualitative research of documentary and bibliographic type, with the objective of designing the production of knowledge referring to diversities, in the line of research Education, Communication and Diversity, highlighting the conceptions of diversities. We used the Catalog of Theses and Dissertations from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and analyzed 26 dissertations and 9 theses in the program that have diversities in title, summary and keywords. That is, in the elements identifiable by the search software of the Sucupira platform. We noticed that the program's publications on diversities have established more intersections with the categories gender and sexualities.

Keywords: Academic production. Sexual diversity. Gender. Education.

RESUMO

O artigo apresenta resultados do projeto de pesquisa “Repensando questões sobre desigualdades e diversidades na educação superior em uma perspectiva interseccional”, desenvolvido no âmbito da CAPES/PROAP. Aqui, tratamos de produções científicas que abordam diversidades no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) nos últimos cinco anos. Consiste em uma pesquisa qualitativa do tipo documental e bibliográfica, com o objetivo de desenhar a produção do conhecimento referente às diversidades, na linha de pesquisa Educação, Comunicação e Diversidade, destacando as concepções de diversidades. Utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e analisamos 26 dissertações e 9 teses

do programa que têm diversidades no título, resumo e palavras-chave. Ou seja, nos elementos identificáveis pelo *software* de busca da plataforma Sucupira. Percebemos que as publicações do programa sobre diversidades têm estabelecido mais intersecções com as categorias gênero e sexualidades.

Palavras-chave: Diversidade sexual. Educação. Gênero. Produção acadêmica.

RESUMEN

El artículo presenta los resultados del proyecto de investigación “Repensar la problemática de las desigualdades y diversidades en la educación superior en una perspectiva interseccional”, desarrollado en el ámbito de CAPES/PROAP. Aquí nos ocupamos de producciones científicas que abordan la diversidad en el Programa de Posgrado en Educación (PPGED) de la Universidad Federal de Sergipe (UFS) en los últimos cinco años. Consiste en una investigación cualitativa de tipo documental y bibliográfico, con el objetivo de diseñar la producción de conocimiento sobre las diversidades, en la línea de investigación Educación, Comunicación y Diversidad, destacando las concepciones de las diversidades. Utilizamos el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES) y analizamos 26 disertaciones y 9 tesis en el programa que tienen diversidades en título, resumen y palabras clave. Es decir, en los elementos identificables por el software de búsqueda de la plataforma Sucupira. Notamos que las publicaciones del programa sobre diversidades han establecido más intersecciones con las categorías género y sexualidades.

Palabras clave: Diversidad sexual. Educación. Género. Producción académica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo apresentamos resultados, referentes à Universidade Federal de Sergipe (UFS), do projeto de pesquisa “Repensando questões sobre desigualdades e diversidades na educação superior em uma perspectiva interseccional” (Cruz, 2020). Um projeto desenvolvido no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP). Nosso projeto, em fase inicial, está focado na produção de conhecimento científico sobre diversidades em pós-graduações da área de Educação no Brasil. Para tanto, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Nesse contexto, nosso artigo surge de uma investigação realizada a partir do estranhamento, desconfiança e crítica. Pois, em nosso recorte, de 2015 a 2019, não encontramos nenhuma publicação da UFS com a palavra diversidade no título. Cabe ressaltarmos que o critério da palavra no título foi utilizado para estabelecermos uma amostragem no universo de 1771 (mil, setecentas e setenta e uma) publicações sobre diversidades em programas de educação.

Entretanto, por sermos do programa investigado, sabemos que há dissertações e teses desenvolvidas por discentes egressos e egressas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UFS, que abordaram as temáticas de diversidades. Com isto em mente, restringimos os resultados para a produção do PPGED/UFS e ampliamos nossos critérios de seleção para o resumo, palavras-chave, área de concentração e linha de pesquisa. Deste modo, encontramos 35 (trinta e cinco) publicações. Ainda assim, sabemos que há mais produções do programa sobre diversidades e falaremos delas, mas por ora essa amostragem nos serve.

Nosso objetivo consiste em compreendermos como as diversidades veem sendo trabalhadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS, a fim de desenharmos um panorama geral das contribuições e produção de conhecimento do programa para o campo da educação, fundamentando-se nas últimas publicações, especialmente, na linha de pesquisa:

Educação, Comunicação e Diversidade. Descrita no site do PPGED/UFS no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) como uma linha de pesquisa que contempla:

Estudos sob aspectos filosóficos, sociológicos, políticos, psicológicos, culturais, comunicacionais e pedagógicos da diferença e da diversidade na educação contemporânea e suas relações com os processos educacionais, considerando as questões étnicas, diversidade de gênero e sexual e pessoas com deficiência em contextos escolares e não escolares (Sigaa, 2009-2021).

Para esse desenho com base nas publicações usamos autoria, ano, objetos, temáticas, intersecções, concepções e orientações. Autoria e ano nos servem como referência para as concepções acerca dos objetos e temáticas das diversidades investigadas, por exemplo, gênero, corpo, sexualidade, alteridade, raça, etnia, cultura, entre outras.

Já as intersecções são utilizadas na organização das publicações a partir das concepções de diversidade: sexual e de gênero, cultural, étnico-racial e outras. Enquanto que as orientações não só nos ajudam a entender a produção do conhecimento no recorte estabelecido, como também nos indicam futuras possibilidades investigativas.

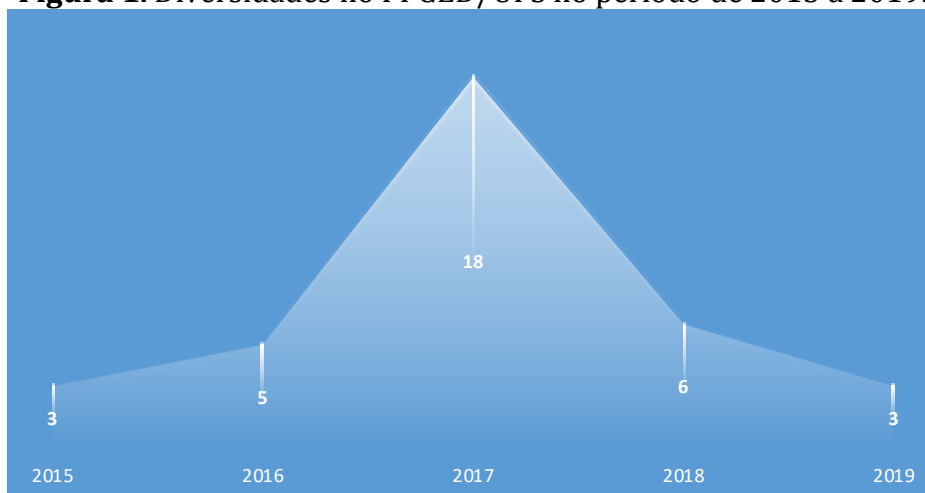
Desta feita, a investigação caracteriza-se como pesquisa qualitativa do tipo documental e bibliográfica, referenciada, pois, em levantamentos bibliográficos e documentais que constituíram o desenho do quadro da produção do conhecimento atrelada à categoria diversidades, na particularidade do PPGED/UFS, traçando o escopo das concepções sobre diversidades.

DIVERSIDADES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PPGED/UFS DE 2015 A 2019

Como dissemos, este estudo resulta de um projeto (Cruz, 2020) que investiga diversidades em programas de pós-graduação em educação. Aqui, lidamos com o caso do PPGED/UFS. Também já falamos que para esta investigação aplicamos outros critérios de seleção dos trabalhos. Utilizamos título, resumo e palavras-chave, mas outros critérios agiram em nosso levantamento de dados sem que nos déssemos conta: o critério das áreas de concentração e linhas de pesquisa.

Agora, devemos nos concentrar nos resultados do levantamento no Catálogo da CAPES. De 2015 a 2019 foram catalogadas no site da plataforma 1771 (mil, setecentas e setenta e uma) dissertações e teses sobre diversidade em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. Desse universo, 35 (trinta e cinco) publicações foram do PPGED/UFS. Para ilustrarmos os resultados trazemos, no gráfico da figura 1, uma linha do tempo de Diversidades no PPGED/UFS com quantidade de trabalhos publicados ao longo dos cinco anos investigados.

Figura 1. Diversidades no PPGED/UFS no período de 2015 a 2019.



Como podemos observar, foi no ano de 2017 que houve a maior quantidade de apresentações e defesas sobre diversidade, totalizando 18 (dezoito) produções. Justamente o ano em que encontramos as primeiras publicações identificadas na área de concentração Educação, Comunicação e Diversidade. Antes desse ano não há registros da área de concentração em questão. Nos anos que se seguem há uma queda e depois voltamos para a quantidade de publicações que tivemos no primeiro ano do recorte.

Antes de falarmos das dissertações e teses identificadas em nosso levantamento, devemos esclarecer que em nossos estudos sobre Diversidades (Cruz, 2020) encontramos três contextos de aplicação da diversidade. O primeiro diz respeito à Diversidade Simulada, quando a palavra é utilizada no início e ao final das dissertações e teses, esvaziada de concepções e a fim de legitimar investigações na área da Diversidade. O segundo contexto de aplicação está relacionado à Diversidade Sinonímica usada, especialmente, como sinônimo de variedade conexo à diversificação da quantidade de coisas. Por fim, temos o terceiro contexto de aplicação, a Diversidade Tipificada que consiste no uso da Diversidade em estudos específicos, como, Estudo de gênero, sexual, cultural, étnico-racial, etc.

Com isso em mente e sabendo que as dissertações e teses investigadas foram avaliadas e devidamente aprovadas em bancas, não falaremos da Diversidade Simulada. Acreditamos que esta percepção do uso das Diversidades nas publicações tem pouco a acrescentar em nossos estudos. Ademais, poderíamos dizer que os efeitos da Diversidade Simulada se dão, justamente, na não citação ou inutilização dos trabalhos.

Logo, tendo em vista os dois últimos contextos de aplicação das diversidades, agrupamos as dissertações e teses em quatro grupos: Diversidade Sinonímica; Diversidade Sexual e de Gênero; Diversidade Cultural; e Diversidade Étnico-Racial.

Diversidade sinonímica

Na tese de Roxane de Alencar Irineu “A metodologia ativa e a mediação de gênero na formação superior em saúde: perspectivas de docentes do Brasil e de Portugal”, identificamos a concepção de que: a educação formal “[...] passou a ser direcionada para o desenvolvimento de competências flexíveis, multifuncionais e associadas a uma diversidade de áreas de conhecimentos” (Irineu, 2018, p. 95). Também o indicativo que: “[...] os projetos de ensino devem contemplar a diversidade de metodologias, estratégias de ensino e atividades de aprendizagem [...]” (Irineu, 2018, p. 191).

A tese de Simone Paixao Rodrigues “Com a palavra, os alunos: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1934-1956)”, expõe que “a partir de uma diversidade de fontes, o autor construiu o perfil dos estudantes universitários” (Rodrigues, 2015, p. 26). E ainda: “a investigação dos conteúdos dos jornais do Grêmio Literário Clodomir Silva apontaram para uma diversidade de temas que perpassaram pelo cotidiano estudantil” (Rodrigues, 2015, p. 255).

Na dissertação de Diana Viturino Santos “A gestão da informação na implementação do Programa Mais Educação na Rede Estadual de Ensino de Sergipe”, verificamos que: “o armazenamento da informação incorre, portanto, em dois complexos fatores: 1) a diversidade de mídias e 2) a descentralização da guarda de informações” (Santos, 2015, p. 37). De igual modo, explica que “existe uma diversidade de mídias que podem ser utilizadas para se armazenar as informações a exemplo de bases de dados informatizadas, arquivos em meio magnético ou óptico, documentos em papel, dentre outras” (Beal, 2004 apud Santos, 2015, p. 119).

A dissertação de Ana Julia Costa Chaves Silva “Letramento literário no atendimento educacional especializado: desafios e perspectivas para o leitor surdo” demarca a análise de que:

a escola vem restringindo o uso da literatura de forma mais original, tendo como justificativa a necessidade de se trabalhar com a diversidade textual onde se tem a estratégia de escolher temas e linguagem que agradem os alunos, com o objetivo de aprimorar o emprego da língua portuguesa culta. Pouco importa a história cultural que está por trás da obra literária e o direito pertencente ao indivíduo em ter na literatura a possibilidade de se compreender como sujeito cultural e de interagir em sua comunidade, sendo capaz de interpretar o mundo à sua volta (Silva, 2017, p. 44-45).

Diversidade sexual e de gênero

A dissertação de Giseliene Medeiros Almeida “As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas” apresenta que:

[...] a violência institucional se mostra presente, pois essas mulheres sofrem toda a sorte de desrespeito aos seus direitos, as suas especificidades (sexualidade, diversidade sexual e maternidade) desde o encarceramento em prédios superlotados e a inadequação deles a realidade feminina, até a imposição de castigos como: a negação da feminilidade, o distanciamento da família, a submissão, à falta de assistência à saúde, ao acesso à justiça entre outros (Almeida, 2018, p. 174).

Na dissertação de Helma de Melo Cardoso “O que é normal pra mim pode não ser normal pro outro’: a abordagem de corpo, gênero e sexualidades nas licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju” constatamos a assertiva:

[...] o discurso heteronormativo tem funcionado como regulador da sexualidade, mostrando que, apesar da presença cada vez maior da diversidade sexual nos diversos âmbitos sociais, inclusive na escola, o discurso de normalidade permanece, incluindo determinados sujeitos e excluindo outros (Louro, 2008 apud Cardoso, 2016, p. 38).

Assinala também a análise:

[...] a temática do gênero e da sexualidade é, muitas vezes, considerada desnecessária pelos/as professores/as. Essas temáticas [...] já são contempladas em alguns documentos oficiais, de caráter nacional, que organizam os conteúdos da educação básica bem como as formações docentes, e já cresceram, em seu bojo, as discussões de gênero e sexualidades como forma de modificar os tratamentos desiguais dados a meninos e meninas, e a necessidade do respeito e tolerância à diversidade sexual (Cardoso, 2016, p. 41).

Como contributo endossa que as escolas devem incluir no Projeto Político Pedagógico discussões sobre “[...] sexualidade, relações de gênero, diversidade sexual e religiosa, superação do racismo, da discriminação e do preconceito racial” (Brasil, 2013, p. 433 apud Cardoso, 2016, p. 51). Nessa direção, demarca que

em diversas partes do documento reafirma a necessidade da inclusão dos estudos de gênero, pois a educação é destinada a sujeitos múltiplos, com o objetivo de combate à discriminação, e de reconhecimento das diferenças, a fim de que não se produzam mecanismos de exclusão que impossibilitem o direito à educação (Cardoso, 2016, p. 51).

Essa produção científica chama a atenção para o fato de que:

não se pode perder de vista que, apesar de vislumbrar alguns avanços no que tange à divisão sexual do trabalho e escolha de carreiras, é preciso que cada vez mais as mulheres estejam envolvidas diretamente nos projetos das novas tecnologias e demais ramos da ciência, para demarcar espaço e evitar a exclusão. A maior inclusão das mulheres ao campo das ciências também requer questionamento e transformação da educação, da prática e da maneira de

se fazer ciência e tecnologia. Sem contar que, nas estatísticas assim como nos documentos oficiais analisados, não há menção à diversidade sexual; são ambos espaços de silenciamento (Cardoso, 2016, p. 83).

O estudo ainda apresenta como contribuição analítica que os discursos médico e biológico, “nos quais se amparam as concepções dos/as estudantes, revestem-se de grande importância, de saber-poder, visto que alcançaram, modernamente, credibilidade de se tornarem parâmetros de verdade acerca dos conhecimentos sobre a condição humana” (Cardoso, 2016, p. 87). Na ocasião, traz à lembrança que “desde 1990 a homossexualidade não figura mais no Código Internacional de Doenças (CID)” (Cardoso, 2016, p. 87) e ressalta a importância desse “reconhecimento pela comunidade médica, mas considera problemática a necessidade de reconhecimento da diversidade sexual por esses discursos. O autor acredita que essa credibilidade pode tanto facilitar como limitar a construção e o reconhecimento dos novos direitos” (Junqueira, 2009 apud Cardoso, 2016, p. 87).

Alude que o termo diversidade sexual “vem sendo utilizado amplamente em políticas sociais, educação, pelos movimentos sociais” (Cardoso, 2016, p. 92). Destaca que a expressão “[...] é utilizada no sentido da multiplicidade e da singularidade, buscando assim mostrar que todos e todas fazemos parte da diversidade de expressões de gênero e sexualidade, a qual é constituinte do humano [...]” (Nardi & Quartiero, 2016, p. 62 apud Cardoso, 2016, p. 92), salientando “inclusive a heterossexual, embora seja usualmente utilizada para descrever os/as que não são heterossexuais” (Cardoso, 2016, p. 92). Menciona, como avaliação, que:

[...] futuros/as professores/as da educação básica, trazem suas representações pautadas em discursos que reproduzem as concepções dominantes na sociedade trazendo uma visão estereotipada dos gêneros, biologizante e normatizadora, havendo uma íntima ligação entre as representações patriarcais que apresentam naturalizações dos corpos, binarismo e intolerância com a diversidade sexual. Representações impregnadas de determinados conhecimentos – que se apresentam e que são assumidas como científicos, universais e neutros – incorporam, reproduzem, atualizam e tencionam representações de corpo, gênero e sexualidades (Cardoso, 2016, p. 118).

A tese de Maria Amalia Vargas Facanha “Práticas de letramentos e leituras multimodais de materiais didáticos e as aulas de inglês na Rede Pública de Sergipe” esboça:

Na perspectiva de construção de uma sociedade mais democrática e solidária, novas demandas provenientes de movimentos sociais e de compromissos internacionais firmados pelo país, passam, portanto, a ser contempladas entre os elementos que integram o currículo, como as referentes à promoção dos direitos humanos. Muitas delas tendem a ser incluídas nas propostas curriculares pela adoção da perspectiva multicultural. Entende-se, que os conhecimentos comuns do currículo criam a possibilidade de dar voz a diferentes grupos como os negros, indígenas, mulheres, crianças e adolescentes, homossexuais, pessoas com deficiência. Mais ainda: o conhecimento de valores, crenças, modos de vida de grupos sobre os quais os currículos se calaram durante uma centena de anos sob o manto da igualdade formal, propicia desenvolver empatia e respeito pelo outro, pelo que é diferente de nós, pelos estudantes na sua diversidade étnica, regional, social, individual e grupal, e leva a conhecer as razões dos conflitos que se escondem por trás dos preconceitos e discriminações que alimentam as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, das pessoas com deficiência e outras, assim como os processos de dominação que têm, historicamente, reservado a poucos o direito de aprender, que é de todos (Brasil, Edital de convocação 02/2015 – CGPL, p. 40-41 apud Facanha, 2018, p. 121-122).

Compreende que “reflexões sobre as diferentes formas de ‘silenciamento’ do outro foram constantes no módulo, com ênfase na importância de ajustarmos nossos olhares para

identificá-las, tanto no LD [livro didático] quanto em nossas práticas” (Facanha, 2018, p. 121-122).

Na dissertação de Carlos Andre Araujo Menezes “Rasgando uniformes e descosturando normas de gênero no espaço escolar”, fez-se presente a concepção:

No contexto atual, o processo democrático vivenciado pela sociedade brasileira pretende assegurar o respeito às diferenças culturais em todos os seus aspectos, ainda que esse respeito e suas garantias estejam sendo costurados e descosturados constantemente nas políticas públicas brasileiras, situação de um país cuja história foi e é marcada por grandes desigualdades. Esse fato demanda às escolas uma nova postura frente a esta temática. Cabe às escolas repensarem os seus papéis diante da temática da diversidade sexual e de gênero. Como também contribuir para a formação de cidadãos que respeitem o outro, valorizem suas diferenças e a convivência mais harmoniosa possível entre todos os grupos étnicos, raciais, culturais e religiosos, dentre outros, além de reforçar a necessidade de assegurarmos avanços que foram adquiridos, e que no Brasil estão sob a sombra da ameaça de retrocesso por meio da atual conjuntura política no país. Ainda que aja aqui um tom de costura prescrita, é uma crença assumida, uma forma de miopia, do meu processo de formação (Menezes, 2019, p. 26).

A pesquisa registra que:

Na cidade, assim como em todo o país, a evidência às questões de gênero [ganhou] proporções e visibilidades, a ponto inclusive de há menos de um semestre a câmara municipal ter aprovado um projeto de lei, datado de 06 de abril de 2018 que “proíbe na grade curricular das escolas municipais de Umbaúba as atividades pedagógicas que visem a reprodução do conceito de ideologia de gênero”, inclusive com erros conceituais entre as palavras sexo e gênero. Pode-se notar que os corpos participantes dessa pesquisa e outrxs têm instaurado desestabilizações as normas de gênero postas, uma sensação muito próxima a (des)costura da suposta naturalidade dos seres (Menezes, 2019, p. 51).

Enfatiza, pois, que “ao analisar a incorporação do gênero e da diversidade sexual no sistema educativo uma das primeiras coisas que convêm fazer é nos referirmos as diversidades de gênero no plural e de sexualidades, no plural já que são múltiplas (Trujillo, 2015, p. 1534 apud Menezes, 2019, p. 51).

A produção acadêmica em pauta exponencia relatos e avaliações que envolvem projetos de lei que vetam as possibilidades de discussão sobre gênero e sexualidades nas escolas. Aponta o exemplo dessa ocorrência no Estado da Bahia ao citar que “em 08 de junho do mesmo ano [2015], [o] Feeba (Fórum Estadual de Educação), entregou o projeto de lei do PEE [Plano Estadual de Educação] para o governo do Estado, liderado pelo Governador Rui Costa, para apreciação (Feeba, 2015, p. 2 apud Menezes, 2018, p. 70). Explica ainda que:

[...] em agosto de 2015, o documento foi encaminhado à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). Ao ter conhecimento do texto, o Deputado Pastor Sargento Isidório, ancorado em uma vertente religiosa de base conservadora, apresentou uma ementa ao texto do plano na qual sugeria o ensino do criacionismo nas escolas e a proibição do debate sobre gênero e diversidade sexual. Com a apresentação da ementa, o processo de votação foi adiado para a apreciação do documento. [...] Em 03 de maio de 2016, quase um ano depois do limite máximo estabelecido para a implementação dos planos, uma nova reunião foi feita para discutir o PEE-BA na ALBA. A emenda PL Nº 21.625/2015, de autoria do Deputado Isidório, foi refutada pelos seus colegas, sendo apresentada outra emenda que sugeria a alteração dos termos “diversidade sexual” e “gênero” por “respeito à diversidade”. Sobre a substituição dos termos, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Joseildo Ramos (PT) relatou “o que foi feito foi um ajuste no texto original para que tanto os contrários quanto os favoráveis fossem contemplados” (Menezes, 2018, p. 70-71).

Como resultado desse contexto, vislumbrou-se que:

[...] não há mais nada sobre gênero e diversidade no plano. Foi retirado da proposta tudo que falava sobre gênero e identidade. Esses termos marcavam as questões que precisavam ser discutidas e foram substituídos pelo termo “guarda-chuva” do respeito à diversidade, que é amplo e não delimita as questões como deveria. O movimento negro, por exemplo, também sai perdendo, porque marcadores envolvendo essa temática também foram substituídos (Jornal Correio, 2016 apud Menezes, 2018, p. 71).

A pesquisa mostra ainda que:

[...] em 04 de maio de 2016, sob a presença expressiva dos movimentos sociais LGBT, negro, de mulheres e religiosos, a Assembleia Legislativa iniciou a votação da nova ementa do PEE. Nessa ocasião, os cinco artigos do projeto que falavam sobre o ensino de gênero e diversidade sexual foram substituídos pelo termo "respeito à diversidade". Apesar de ter 11 votos contrários às mudanças, o novo texto foi aprovado pela maioria dos presentes, sendo encaminhado para o governador Rui Costa no mesmo dia. Em 11 de maio de 2016, o Plano Estadual de Educação da Bahia foi sancionado pelo governador, sendo publicado no Diário Oficial no dia 12 de maio do mesmo ano. [...] As informações sobre a elaboração, tramitação e aprovação do PEE aqui apresentadas, apesar de não conter elementos mais detalhados por conta do número incipiente de fontes que tratam sobre o processo do documento, evidenciam a supremacia dos discursos religiosos também no âmbito legislativo estadual da Bahia. Pois, apesar da emenda do Pastor Isidório não ter sido formalmente aprovada, o que vimos no texto final do plano, com a exclusão dos termos gênero e sexualidade, foi a deliberação do estado ao proselitismo religioso. Com isso, assistimos mais um episódio de opressão à diversidade (Menezes, 2018, p. 72).

O estudo visibiliza e legitima o debate e as expressões das diversidades, com o recorte para as diversidades de gênero e as diversidades sexuais no ambiente e cotidiano da escola. Dessa maneira, convém apresentarmos as concepções que alicerçam a pesquisa e a contribuição social que produz a partir das narrativas a seguir:

Em 2014, eu assumi a coordenação do Garcia Filho, fiquei um curto tempo, entre final de 2014 e início de 2015, quando efetivamente assumi a direção da escola, mas nesse período curto eu já pude perceber que a escola tinha grande capacidade, um grande potencial, e esse potencial estava presente exatamente na diversidade que a escola apresentava, seja uma diversidade de gênero, na diversidade sexual, na diversidade de cores...Então era isso que eu podia perceber, e eu queria poder dar voz àqueles meninos, àqueles jovens que ali estavam, eu percebi que eles precisavam, é... (pequena pausa) ... sentir um pouco mais livres dentro da escola, um pouco mais autônomos, pudessem é... estar, acima, para além daquelas salas de aula. Naquele poder disciplinador, sobre aquela repressão, então eu precisava olhar para aqueles jovens de uma forma que eles pudessem desabrochar mesmo, que eles pudessem perceber que sujeitos eles eram naquele processo de aprendizagem, naquele processo de educação, de “vir a ser”, era isso que mais me preocupava. Era fazer com que a escola percebesse, que colocando aqueles alunos acima do palco né? Que os holofotes se virassem para aqueles alunos, para que eles entendessem que podiam brilhar, e para isso eles precisavam entender quem eles eram, que sujeitos eram aqueles. Eles precisavam fazer com que o corpo falasse, que sua voz falasse, que aquela voz tivesse vez tá? E aí comecei um processo de conversa com toda equipe escolar, principalmente com os professores. De fazer entender aquela dimensão, aquela dimensão do jovem, que embora, em meio a toda aquela diversidade se encontravam enclausurados, por uma sociedade, por toda sociedade que carregava o peso de ser uma sociedade: Machista, homofóbica e preconceituosa. E eu percebia que a escola reproduz isso, que a nossa escola, aquela que a gente estava participando, você como professor e eu como gestor... Aquela escola poderia justamente se utilizar daquela diversidade para trazer à tona esse potencial libertador e autônomo que os

nossos jovens teriam, então por uma feliz coincidência vários professores se juntaram ali, vários professores em busca de construir uma sociedade mais livre, mais autônoma, mais viva, em que esses jovens pudessem ser eles mesmos, que essa escola pudesse vir a ser ela isso [...]. Era um processo de tentar reconectar esses meninos a uma maior liberdade, isso claro, tem todo um embate, todo um combate, com uma sociedade de anos e anos de repressão, estruturalmente machista. Então fazer com que esses alunos brilhassem, fazer com que os holofotes estivessem sobre eles era o nosso grande desafio. [...] Surgiu então a possibilidade de que em todos os projetos, as nossas iniciativas de aprendizagem, de textos, tentar trabalhar o mais interdisciplinar possível, e que essas atividades pudessem colocar esses meninos e essas meninas, esses jovens que se viam reprimidos, que suas sexualidades estavam reprimidas, seus corpos estavam reprimidos... Então libertar esse corpo, fazer com que esse corpo falasse, esse corpo tomasse um lugar naquele mundo, naquela comunidade escolar. Que pudessem ser vistos e que isso não agredisse, mas que isso pudesse ser livre e além disso construir uma consciência naquela comunidade escolar, de que sujeitos é... (pausa) os sujeitos podem ser livres, podem ser quem eles quiserem ser, que cada um precisa ser respeitado em toda a sua dimensão, a sua integridade. Para isso se fazia necessário que os professores entendessem isso, que aquela comunidade entendesse isso. Então sempre que a gente podia, a gente colocava aquele jovem no centro do palco, no centro da escola. [...] (Menezes, 2019, p. 73-74).

A dissertação de Danilo Araujo de Oliveira “Normas de gênero e heteronormatividade em uma escola de educação básica em Aracaju (SE)” aborda “[...] a arbitrariedade e artificialidade da norma heterossexual” (Silva, 2008, p. 2 apud Oliveira, 2017, p. 28), e alerta que, “[...] assim como em outros espaços educativos, a heteronormatividade age no currículo escolar produzindo” (Oliveira, 2017, p. 28), cotidianamente, “[...] relações de poder assimétricas a partir do jogo binário das diferenças, privilegiando a heterossexualidade em detrimento da homossexualidade, ou de qualquer outra manifestação não-heterossexual” (Silva, 2008, p. 9 apud Oliveira, 2017, p. 28).

Denuncia “mecanismos que geram homofobia em diferentes espaços da escola, até mesmo no banheiro, [...] que mostra as tecnologias de gênero e reiteraões da heteronormatividade agindo no currículo escolar, [citando a história de uma aluna trans]” (Oliveira, 2017, p. 28). Assevera, portanto, que “[...] a escola geralmente fica do lado do preconceito e da exclusão, principalmente mobilizada pelo despreparo em lidar com a diversidade sexual” (Lima & Alvarenga, 2012, p. 11 apud Oliveira, 2017, p. 28).

Na tese de Ana Luiza Araujo Porto “Livros didáticos de história: uma história comparada de Brasil e Cuba (2013-2015)” encontramos a categoria diversidade sexual entre os temas trabalhados em algumas produções científicas que foram mapeadas:

Nesse período, foram elaboradas noventa e oito dissertações de Mestrado e vinte e cinco teses de Doutorado, o que nos evidencia que o interesse pelo tema dos livros didáticos de História não arrefeceu, pelo contrário, se expandiu e ganhou capilaridade Brasil afora. Os trabalhos se debruçaram sobre os seguintes temas: cultura histórica, formação do pensamento histórico e consciência histórica; Memória; o tempo; conceitos históricos, conteúdos substantivos e conteúdos meta-históricos; ensino e aprendizagem; projeto gráfico-editorial; historiografia do livro didático; os saberes escolares; iconografia e arte; questões curriculares; música e cinema; o negro, a escravidão, o pós-abolição, a História da África e as pedagogias antirracistas; o repertório cultural dos alunos; a infância; o livro didático como política pública e o ensino médio; a questão das representações, regionalidades e o livro didático regional; gênero e diversidade sexual; História da América Latina e identidades; os indígenas; cotidiano; práticas docentes, o Manual do Professor, os usos do livro didático e livros paradidáticos; colonização; História Política; a desigualdade social; a cartografia e o espaço escolar; a internet; o processo de mercantilização da produção didática; os usos do passado; a formação continuada de professores e o Programa

Nacional do Livro Didático; e novamente, por fim, trabalhos que comparam livros nacionais e estrangeiros (Porto, 2019, p. 55).

A tese de Luciano Rodrigues dos Santos “Gênero, educação em sexualidade e formação docente: descortinando o curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe” discute que:

[...] a preparação de jovens na transição para a idade adulta, tendo em seu centro as relações de gênero e a sexualidade humana, sempre foi um dos grandes desafios da humanidade. Em muitas sociedades, atitudes e leis reprimem a discussão pública da sexualidade e de comportamento sexual no que se refere à contracepção, ao aborto, e à diversidade sexual, por exemplo. Ademais, na maioria das vezes, o acesso masculino ao poder continua a não ser questionado, enquanto meninas, mulheres e minorias sexuais são excluídas dele (Santos, 2016, p. 16).

Na dissertação de Darkson Kleber Alves da Silva “Reconhecimento e reflexividade da alteridade gay na sala de aula” averiguamos o embasamento de que “a diversidade constitui um forte traço da sexualidade humana (Bozon, 2004; Costa, 1992; Foucault, 1982, 1984, 1985; Gagnon, 2006 apud Silva, 2017, p. 14). Afirma que “diversidade sexual expressa diferentes processos de construção sócio-histórica (Caetano, 2005; Giddens, 1993; Louro, 1999; Parker, 1999 apud Silva, 2017, p. 14). Desta feita, expõe que o “debate em torno do tema exige tratamento transversal, interdisciplinar e polifônico” (Silva, 2017, p. 14). O estudo adverte que:

Não existe apenas uma só dimensão da sexualidade que não esteja em sintonia com as dinâmicas das sociedades em que são geradas. Por isso, remetem à dialogia e ao conflito; ao silenciamento e à (in) visibilidade. Nesse sentido, surgem configurações de fenômenos cada vez mais complexos no que se refere aos modos sociais de *perceber e atuar, dizer e fazer* frente às múltiplas expressões da sexualidade humana no campo social e nas instituições sociais. Em particular, pode-se destacar as questões da reflexividade e do reconhecimento ante a *alteridade sexualizada* como elementos socialmente constituídos, por isso mesmo, indispensáveis para a compreensão mais profunda da relação pedagógica praticada, vivida, construída e mediada na sala de aula, dentro da escola (Silva, 2017, p. 14, grifos originais).

De igual modo, mostra que:

Alteridade gay está ligada aos diferentes modos de expressão política da diversidade sexual e abriga tanto uma *identidade pós-moderna*, quanto *marcas de diferença*. Nessa pesquisa, o primeiro modo de expressão diz respeito tanto a homens e mulheres homossexuais, dispostos entre os grupos sociais de diferentes origens de classes sociais, com participação ativa, engajados ou não, na defesa da diversidade sexual. O segundo modo de expressão está associado a estilos contemporâneos da expressão da diversidade cuja tônica é a composição de estéticas polifônicas traduzidas em hibridismo de cores e/ou aparições monocromáticas, gestos e ritmos, músicas e corpos, comunicação e ruídos, presença e ausências na disposição dos agentes sociais de ver *um outro* em si mesmo e além de si (e ser visto), notar e ser notado, ir e vir entre propósitos de participação concreta como pessoa que sente, opera, transforma, modifica, mantém, altera, atua, age, influencia e delinea trajetórias na sociedade da qual faz parte (Silva, 2017, p. 15-16, grifos originais).

Em termos de concepção acrescenta que:

No primeiro modo de expressão, o *gay* é figura social apreciada (ou não), com maior ou menor grau de aceitação (ou rejeição) de acordo com a resistência que mobiliza ante os processos de negação ou exclusão de direitos humanos e sociais que possui como indivíduo, marcado pela diferenciação social, com base em traços biológicos, psicológicos e/ou culturais (Silva, 2017, p. 16, grifo original).

Logo, “torna-se figura social a resistir [...] [e] a lutar por reconhecimento e aceitação social (integração ao mundo do trabalho, acesso ao direito civil, direitos sociais etc.)” (Silva, 2017, p. 16, grifos originais). Registra que “no segundo modo de expressão, *gay* é figuração estética com enorme presença e circulação entre variedade de territórios sociais” (Silva, 2017, p. 16, grifo original), configurando uma “tônica de concreta visibilidade e realização social [...] percebida como *estilo de vida* e de existência social concreta [...] capaz de afetar multidões pela expressividade com a qual produz trajetos de vida, modos de encarar a diversidade sexual e suas manifestações” (Kastrup, 2007 apud Silva, 2017, p. 16, grifos originais). Mensura que “esse modo de expressão traduz a *alteridade* gay contemporânea como figuração *em movimento e alteração incessante*, agitada em gestos, sempre em movimento e fluxo, convencida de que *direito de expressão* faz existir a presença concreta da diferença e os desdobramentos da visibilidade” (Silva, 2017, p. 16, grifos originais). A investigação fundamentou-se

[...] na pesquisa qualitativa de inspiração construcionista e etnográfica. Fez-se recorrência aos recursos teóricos e metodológicos das abordagens autobiográficas durante a pesquisa de campo e análise de informações. Por fim, destaca-se a importância social e científica desse estudo, principalmente, por apresentar discussões críticas a respeito da diversidade sexual, suas dinâmicas no espaço escolar, em sala de aula, com ênfase na cultura contemporânea, sobretudo, sem manter o insistente maniqueísmo opositivo das identidades como modelos que regulam a vida social com a força do convencimento teórico, iluminado pela tradição racionalista e cada vez mais cego ou resistente ao sentido das alterações incessantes, complexas, dinâmicas e singulares com as quais se faz e se expressa a própria vida, suas tessituras, suas facetas e tramas (Silva, 2017, p. 17).

No estudo vimos que:

[...] *reconhecimento* diz respeito ao processo de identificação mútua ou unidirecional entre dois ou mais indivíduos gays. Reconhecer consiste em identificar traços por características consideradas comuns e específicas às coisas, pessoas ou grupos de indivíduos. Ao se falar em reconhecimento, faz-se referência direta às questões da identificação e distinção de traços. Na modernidade, o reconhecimento, como categoria intelectual, é bastante valorizado entre filósofos, intelectuais e cientistas. O senso comum faz uso cotidiano do reconhecimento para organizar suas relações com o mundo das coisas, mundo da complexidade social e das culturas. Nessa pesquisa, o reconhecimento está associado à diversidade sexual ou às múltiplas expressões da sexualidade humana. Nesse sentido, com o reconhecimento se pode falar em identidade de gênero, em papéis de gênero com maior facilidade do que fazer referência a *estilos e expressões estéticas da sexualidade humana*, como fonte da multiplicidade de modos de ser, pensar, agir, sentir, experienciar, na cultura, a diversidade sexual humana (Silva, 2017, p. 31, grifos originais).

Elucida em uma perspectiva analítica que:

[...] Os termos comuns, encontrados nas pesquisas sobre diversidade sexual na escola, são os elementos da homossexualidade, papéis de gênero, identidade de gênero, cultura gay, e, com menor circulação na produção brasileira, homoerotismo e homoafetividade. Entende-se que *alteridade gay* engloba a complexidade do tema por não estar restrito às questões biológicas ou sociais, ou culturais, ou políticas. A categoria *alteridade gay*, nessa pesquisa é multidimensional, abrigando estas e outras dimensões como a econômica, espiritual, educativa, histórica, ética, semiótica, linguística, dentre outras. No entanto, nesta pesquisa, a questão da alteridade gay é analisada a partir de sua composição estética, como estilo, expressão e variados modos de ser, pensar, agir, sentir, existir na contemporaneidade (Silva, 2017, p. 32, grifos originais).

Diversidade cultural

A dissertação de Giseliane Medeiros Almeida “As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas” anuncia que “a epidemia da violência de gênero é algo enraizado, mas que deve ser enfrentada, sendo a superação da invisibilidade um componente importante da luta pelos direitos humanos das mulheres em sua diversidade cultural e social” (Almeida, 2018, p. 160).

Na dissertação de Izabel Silva Souza D’Ambrosio “História em quadrinhos digital como estratégia de desenvolvimento da escrita em inglês” vimos que:

O termo multicultural possui várias definições, no entanto defende-se aquela que o identifica como a diversidade cultural na educação e questionadora das diferenças, das verdades únicas e absolutas, quebrando [...] dogmas antigos. Discussões sobre o termo interculturalismo, que daria a visão de culturas, substitui o termo multicultural, cujo significado implica em uma sociedade composta de múltiplas culturas (Canen, 2007 apud D’Ambrosio, 2017, p. 38).

A dissertação de Laise Soares Lima “Linguagens da infância na perspectiva de educadores de creche: o que revelam as narrativas” retrata a “[...] idade entre 16 e 17 anos, [como] período da vida que remete ao senso comum de que é uma fase de transição da infância para a fase adulta” (Lima, 2017, p. 79). Alude que “[...] a categorização da juventude é algo extremamente complexo e impreciso. É uma categoria socialmente produzida, não podendo ser presa a critérios de idade e/ou desenvolvimento biológico” (Dayrell, 2007 apud Lima, 2017, p. 79). Discorre ainda: “[...] o tema [revela] uma pluralidade de sentidos para o ser jovem, um deles atrelado à classe social, o lugar onde se vive a diversidade cultural, [assim, adota-se] o termo juventudes, no plural, enquanto uma possibilidade de englobar esta diversidade” (Dayrell, 2007, p.10 apud Lima, 2017, p. 79).

Na tese de Ana Luiza Araujo Porto “Livros didáticos de história: uma história comparada de Brasil e Cuba (2013-2015)” consta que:

Em relação às imperfeições inerentes, eles as definem pelo fato de que o livro, ao ser produzido, é um objeto estático com prazo de validade, por veicular um saber do momento em que foi produzido e que será posteriormente superado, e também com limitações ao ter de dar conta, por exemplo, da diversidade cultural de um país (Porto, 2019, p. 16).

A dissertação de Cristina Nunes dos Santos “Recursos educacionais abertos: um estudo de caso no Programa de Iniciação à Docência-Pibid/Pedagogia do Campus Prof. Alberto Carvalho/UFS” evidencia que:

De acordo com o subprojeto do Pibid da UFS, curso de Pedagogia, os resultados e impactos de projetos anteriores do Pibid, ficou compreendidos no período 2001 a 2013, sem envolver o edital que faz a inserção do curso de Pedagogia. Foram percebidos o seguinte: o desenvolvimento das atividades que se desenrolaram nas escolas; da escrita de textos publicados em livros e, também, em apresentação de seminários; de trabalhos em eventos e seminários; da compressão sobre o letramento e a escrita no âmbito do letramento de jovens e adultos, bem como sobre a diversidade cultural e a importância de se refletir sobre a teoria e prática, na formação docente inicial; da edificação de narrativas argumentativas no que concerne um diálogo entre universidade e educação pública, especialmente no que consiste a educação infantil e fundamental; da consolidação do conhecimento acerca da formação docente e as práticas educativas, com um olhar para a diversidade, leitura, letramento, alfabetização e educação no Brasil (Santos, 2017, p. 63).

Na dissertação de Diana Viturino Santos “A gestão da informação na implementação do Programa Mais Educação na Rede Estadual de Ensino de Sergipe” enfatizou-se a legislação que assegura o debate sobre a diversidade cultural nas escolas, vejamos:

A Portaria Interministerial 17/2007 estabelece que: Art. 2º O Programa tem por finalidade: I - apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contraturno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa; II - contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar; [...] V - promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade em torno das atividades escolares; VII - promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar; e capacidades para o desenvolvimento de projetos com vistas ao que trata o artigo 1º desta Portaria (Brasil, 2007 apud Santos, 2015, p. 59).

A tese de Luciano Rodrigues dos Santos “Gênero, educação em sexualidade e formação docente: descortinando o curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe” argumenta que:

[...] para a teorização cultural contemporânea sobre identidade e diferença, não pode abordar o multiculturalismo em educação simplesmente como uma questão de tolerância e respeito para com a diversidade cultural. Por mais edificantes e desejáveis que pudessem parecer, esses nobres sentimentos impedem que se veja a identidade e a diferença como processos de produção social, como processos que envolvem relações de poder. Ver a identidade e a diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder. A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição (Silva, 2009 apud Santos, 2016, p. 56).

Na dissertação de Anderson Francisco Vitorino “Educação bilíngue: o desdobramento das práticas pedagógicas com alunos surdos” tivemos contato com a análise: “[...] a cultura pode ter diferentes definições. Evidentemente, que a cultura surda se inclui perfeitamente nas definições, muito embora, em pleno século XXI, ainda existam pessoas que ficam impressionadas ou duvidam sobre a existência da cultura surda” (Vitorino, 2017, p. 32). Ressaltando ainda que essas pessoas “certamente, não convivem ou não tiveram nenhum tipo de experiência cultural com os sujeitos surdos” (Vitorino, 2017, p. 32). O estudo corrobora e fortalece a concepção de que:

Cultura surda é o jeito do sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. O essencial é entendermos que a cultura surda é como algo que penetra na pele do povo surdo que participa das comunidades surdas, que compartilha algo que tem em comum, seu conjunto de normas, valores e comportamentos (Strobel, 2013, p. 29-30 apud Vitorino, 2017, p. 32).

Reafirma a premissa: “[...] não se devem realizar prejulgamento cultural das pessoas surdas, quando não as conhecemos. Apesar de convivermos com elas no mesmo espaço, não sabemos lidar com a diversidade cultural” (Vitorino, 2017, p. 32). Anuncia ainda que “muitas vezes, tratamos como pessoas inúteis, incapazes de pensar, apaixonar, e ainda, em muitos casos rotulamos os surdos de ‘coitadinhos’” (Vitorino, 2017, p. 32-33).

Diversidade étnico-racial

A tese de Maria Amalia Vargas Facanha “Práticas de letramentos e leituras multimodais de materiais didáticos e as aulas de inglês na Rede Pública de Sergipe” salienta a inclusão de demandas nas propostas curriculares que constituem o rol das pautas históricas dos movimentos sociais, e compromissos sociais internacionais, os quais o Brasil também deve priorizar e concretizar, enquanto promoção dos direitos humanos. Pela especificidade da diversidade tratada nesse tópico, convém resgatarmos a analítica exposta antes de que:

[...] o conhecimento de valores, crenças, modos de vida de grupos sobre os quais os currículos se calaram durante uma centena de anos sob o manto da igualdade formal, propicia desenvolver empatia e respeito pelo outro, pelo que é diferente de nós, pelos estudantes na sua diversidade étnica, regional, social, individual e grupal, e leva a conhecer as razões dos conflitos que se escondem por trás dos preconceitos e discriminações que alimentam as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, das pessoas com deficiência e outras, assim como os processos de dominação que têm, historicamente, reservado a poucos o direito de aprender, que é de todos (Brasil, Edital de convocação 02/2015 – CGPL, p. 40-41 apud Facanha, 2018, p. 121-122).

Relata a experiência vinculada ao:

[...] trabalho proposto [em uma] unidade em relação à leitura e interpretação textual, [a qual] entende [que] os textos visuais e não-visuais presentes naquela unidade foram bem escolhidos e percebe a relação entre eles e as exigências do MEC, no que diz respeito à representação da diversidade étnica, por exemplo, ao apresentar textos visuais com pessoas de diferentes grupos, de diferentes tons de pele, mas sem atribuir significados que reforcem ideias negativas a respeito dessas diferenças (Facanha, 2018, p. 170).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos culturais, de gênero e sexualidades estão concentrados na linha de pesquisa Educação e Diversidade da área de concentração Educação, Comunicação e Diversidade do Programa de Pós-graduação em Educação da UFS. Estudos que consideramos de extrema importância. Contudo, por serem estudos específicos, dificilmente são identificados a partir dos agrupamentos das categorias das diversidades, visto que tal identificação, de acordo com a linha de pesquisa, deixou de ser indexação e descrita no Catálogo da CAPES. Para falar a verdade as identificações de área de concentração e linha de pesquisa continuam, entretanto, só fazem parte das buscas até o ano de 2017. Ou seja, o marcador da diversidade possibilitava o reconhecimento das publicações do PPGED/UFS e no Catálogo da CAPES deixou de ser verificável a partir do ano de 2018.

Os estudos específicos, culturais e de gênero, são de fundamental importância. Mas, não podemos desconsiderar a potencialidade da palavra diversidade. Seja pelo fulcro legal da palavra para a desconstrução. Seja, na diminuição ou menor resistência institucional às diversidades em investigações. Logo, pensamos que as pesquisas a partir das diversidades possuem mais possibilidades e maior alcance social de aplicação.

No processo investigativo, ao desenhar a produção científica do PPGED/UFS, identificamos e compreendemos algumas articulações e intersecções da categoria de análise

diversidades nos eixos: Diversidade Sinonímica, Diversidade Sexual e de Gênero, Diversidade Cultural e Diversidade Étnico-Racial.

As pesquisas resultam em maior visibilidade da temática diversidades ao tempo em que contribuem para (re)produções e (re)construções de formações gendradas, e de práticas sociais que legitimam diferentes agrupamentos e concepções de diversidades. Constatamos que as publicações científicas analisadas no campo da categoria diversidades estabelecem mais intersecções com as categorias gênero e sexualidades.

AGRADECIMENTOS: Os autores agradecem o financiamento para a realização deste estudo fornecido pela agência brasileira CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Código de Financiamento 001.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Rodrigues, R. F. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Cruz, M. H. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Nascimento, A. P. L.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- Almeida, G. M. (2018). *As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Cardoso, H. M. (2016). "O que é normal pra mim pode não ser normal pro outro": a abordagem de corpo, gênero e sexualidades nas licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Cruz, M. H. S. (2020). *Repensando questões sobre desigualdades e diversidades na educação superior em uma perspectiva interseccional*. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- D'Ambrosio, I. S. S. (2017). *História em quadrinhos digital como estratégia de desenvolvimento da escrita em inglês*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Facanha, M. A. V. (2018). *Práticas de letramentos e leituras multimodais de materiais didáticos e as aulas de inglês na Rede Pública de Sergipe*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Irineu, R. A. (2018). *A metodologia ativa e a mediação de gênero na formação superior em saúde: perspectivas de docentes do Brasil e de Portugal*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Lima, L. S. (2017). *Linguagens da infância na perspectiva de educadores de creche: o que revelam as narrativas*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Menezes, C. A. A. (2019). *Rasgando uniformes e descosturando normas de gênero no espaço escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Oliveira, D. A. (2017). *Normas de gênero e heteronormatividade em uma escola de educação básica em Aracaju (SE)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Porto, A. L. A. (2019). *Livros didáticos de história: uma história comparada de Brasil e Cuba (2013-2015)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Rodrigues, S. P. (2015). *Com a palavra, os alunos: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1934-1956)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Santos, C. N. (2017). *Recursos educacionais abertos: um estudo de caso no Programa de Iniciação à Docência-Pibid/Pedagogia do Campus Prof. Alberto Carvalho/UFS*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Santos, D. V. (2015). *A gestão da informação na implementação do Programa Mais Educação na Rede Estadual de Ensino de Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

Santos, L. R. (2016). Gênero, educação em sexualidade e formação docente: descortinando o curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

Silva, A. J. C. C. (2017). Letramento literário no atendimento educacional especializado: desafios e perspectivas para o leitor surdo. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

Silva, D. K. A. (2017). Reconhecimento e reflexividade da alteridade gay na sala de aula. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

Vitorino, A. F. (2017). Educação bilíngue: o desdobramento das práticas pedagógicas com alunos surdos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

Recebido: 30 de abril de 2021 | **Aceito:** 25 de maio de 2021 | **Publicado:** 29 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.